

INVESTIGAÇÃO

Mulher de Cid admite fraude e culpa o marido

Gabriela Ribeiro diz à PF que usou cartão de vacina para viajar aos EUA e creditou falsificação ao ex-auxiliar de Bolsonaro

» LUANA PATRIOLINO
» RENATO SOUZA

A mulher do tenente-coronel Mauro Cid, Gabriela Ribeiro Cid, admitiu, em depoimento à Polícia Federal, que o ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro foi o responsável por falsificar os certificados de vacinação contra a covid-19 no sistema do Ministério da Saúde. A informação foi confirmada pelo *Correio* com fontes na investigação.

Gabriela disse que fez uso da carteira de imunização para viajar aos Estados Unidos e burlar a vigilância sanitária. No entanto, se esquivou da responsabilidade pela adulteração. Segundo a reportagem apurou, a estratégia da defesa — o advogado do casal é Bernardo Fenelon — visa fazer com que ela responda apenas por uso de documento falso, cuja pena é de um a cinco anos de reclusão.

A esposa do tenente-coronel (preso desde 3 de maio) depôs, ontem, no âmbito da Operação Venire, que investiga a inserção de dados falsos no sistema do Ministério da Saúde. De acordo com o inquérito, teriam sido emitidos certificados de vacinação contra a covid-19 para o militar, a mulher e as filhas. Bolsonaro e a filha caçula, Laura, também tiveram os dados adulterados.

Aos agentes, ela alegou não saber dizer qual foi a participação do ex-major do Exército Ailton Barros no esquema de dados falsos de vacinação — ele também está preso.

A revelação da mulher do ex-ajudante de ordens acendeu um alerta nos aliados de Bolsonaro, que temem uma delação premiada. O tenente-coronel trocou de advogado e contratou um profissional especialista nesse tipo de colaboração. Segundo fontes, parte da família de Cid acredita que houve

Presidência/Alan dos Santos



Ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid, detido desde 3 de maio, pediu ao STF a revogação da prisão

um "abandono" dele por parte do ex-chefe do Planalto.

Antes, Cid era defendido por Rodrigo Roca, que deixou o caso alegando "razões de foro profissional" e "impedimentos familiares". Agora, o militar e a mulher estariam sendo preparados pela nova defesa para relatar à polícia a participação de Bolsonaro no plano.

Enquanto Cid permaneceu caído no depoimento da última quinta-feira à PF, o ex-presidente disse, na oitiva à corporação, que não sabia do esquema para falsificar seu certificado de vacinação e que, se o tenente-coronel arquetou tudo, foi "à revelia

e sem o seu conhecimento".

Bolsonaro, no entanto, admitiu que o então auxiliar acessava o sistema com seus dados. "Não tem conhecimento sobre quem teria acessado e emitido o referido certificado; que sequer sabe acessar o aplicativo ConecteSUS; que o declarante e sua esposa não realizaram o cadastro no sistema Gov.br e ConectSUS em nome de L.E.B (filha de Bolsonaro); que pelo fato de L.E.B não ter sido vacinada não tinham motivo para acessar e emitir certificado de vacinação em nome de sua filha", diz trecho do depoimento do ex-chefe do Executivo.

Habeas corpus

A defesa de Cid protocolou, ontem, no Supremo Tribunal Federal (STF), um pedido de revogação da prisão preventiva do militar. A detenção dele foi decretada pelo ministro Alexandre de Moraes.

No pedido apresentado à Corte, o advogado argumenta que os autos devem ser encaminhados à Procuradoria-Geral da República (PGR) e o coloca à disposição para o cumprimento de medidas cautelares.

O recolhimento domiciliar noturno, a proibição de contato com os demais investigados, a

proibição de ausentar-se do país e a entrega de seu passaporte revelam-se plenamente suficientes para resguardar a ordem pública e a ordem econômica", diz um trecho do documento.

O defensor justifica o pedido de soltura alegando que não há risco de descumprimento de eventuais medidas cautelares. "A não ser que consideremos que o Exército brasileiro poderia ser conivente com o descumprimento de uma ordem do STF, o que, por óbvio, ocasionaria uma completa ruptura institucional, algo completamente inconcebível no Estado democrático de Direito da República do Brasil", afirma.

Entenda o caso

Veja a cronologia da fraude

O primeiro cartão em nome de Gabriela Santiago Ribeiro Cid aponta duas doses da vacina Pfizer supostamente aplicadas na cidade de Cabeceiras (GO), cidade a cerca de 349km de Goiânia. Os dados usados foram copiados do cartão de uma enfermeira, que foi, de fato, vacinada no município, segundo a investigação.

As doses seriam registradas no sistema integrado do Ministério da Saúde com a ajuda do segundo-sargento do Exército Eduardo Crespo Alves, mas ele não conseguiu fazer o cadastro, porque os lotes destinados a Goiás não foram aceitos. Ele operava a plataforma pelo Rio de Janeiro, e o sistema identificou a inconsistência.

Um segundo cartão foi falsificado, dessa vez em Duque de Caxias (RJ), com duas doses da Pfizer. O advogado e militar da reserva Ailton Gonçalves Moraes teria conseguido o cartão em branco e a ordem econômica", diz um trecho do documento.

O defensor justifica o pedido de soltura alegando que não há risco de descumprimento de eventuais medidas cautelares. "A não ser que consideremos que o Exército brasileiro poderia ser conivente com o descumprimento de uma ordem do STF, o que, por óbvio, ocasionaria uma completa ruptura institucional, algo completamente inconcebível no Estado democrático de Direito da República do Brasil", afirma.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política Página: 2